

Anexo II

Acordo de tratamento de Dados

Considerando que:

- A. A **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, procederá ao tratamento de dados pessoais, na qualidade de cocontratante, de acordo com as especificações definidas contratualmente;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, publicado no JOUE de 04 de maio de 2016, que aprova o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo tratamento e Cocontratante, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. O **Instituto de Segurança Social I.P.**, enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais, tem obrigação de celebrar um acordo de tratamento de dados com os seus cocontratantes, por forma a garantir o cumprimento das regras subjacentes à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de Dados definidas pelos Responsáveis pelo tratamento, de acordo com as exigências do RGPD;
- D. Pelo presente acordo, são estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as partes, para garantia de cumprimento do disposto no considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente acordo que se regerá pelos considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e no que for omissivo, pela legislação aplicável:

Cláusula 1.ª

Objeto e finalidades de tratamento

1. O presente acordo tem por objeto o tratamento de dados pessoais no âmbito do **contrato de aquisição de serviços de Gestão da Operação do Centro de Contacto da Segurança Social** conforme as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.
2. As partes obrigam-se a definir e implementar as medidas organizativas, técnicas e de segurança necessárias e adequadas ao cumprimento do RGPD e respetiva legislação nacional de execução daquele Regulamento, com vista a assegurar a confidencialidade, o segredo e a preservação dos dados pessoais a que tenham acesso no âmbito do contrato referido no número anterior, na medida e na extensão que para tal se mostrem necessárias e adequadas, seja qual for o suporte utilizado, tendo em consideração o propósito do estabelecimento da relação entre as entidades, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.

Cláusula 2.ª

Categorias de dados pessoais envolvidos

São objeto de tratamento, para efeitos do presente contrato, os dados pessoais inerentes aos documentos tratados pelo **ISS, I.P.** no âmbito das suas atribuições.

Cláusula 3.ª

Responsável pelo tratamento e cocontratantes

No âmbito do presente acordo, é considerado responsável pelo tratamento o **ISS I.P.** e como Cocontratante a **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**.

Cláusula 4.ª

Obrigações do responsável pelo tratamento

Nos termos e para os efeitos do presente acordo, constituem obrigações do **ISS I.P.**, enquanto responsável pelo tratamento:

- a. Informar o Cocontratante todas as circunstâncias relevantes para a realização dos tratamentos de dados, atendendo sobretudo à especificidade das finalidades descritas no presente acordo e a potenciais riscos envolvidos;
- b. Comunicar ao Cocontratante quaisquer alterações que se tenham verificado nos dados pessoais em tratamento e que possam afetar a atividade daqueles;

Cláusula 5.ª

Obrigações do cocontratante

Constituem obrigações da **xxxxxxx**, enquanto Cocontratante:

- a. Cumprir rigorosamente as instruções do **ISS I.P.** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais;
- b. Tratar os dados pessoais de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa-fé, utilizando-os exclusivamente para as finalidades a que se reporta o Contrato, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com tais finalidades;
- c. Fornecer toda a informação que lhe for solicitada, quer pelo responsável pelo tratamento, quer pela autoridade de controlo, relativamente aos tratamentos dos dados cujas finalidades se encontram definidas na cláusula primeira;
- d. Adotar as medidas de segurança e privacidade definidas na Cláusula Sexta;
- e. Obter as certificações exigidas legalmente, sempre que tais certificações contribuam de forma significativa para garantir eficazmente a proteção de dados pessoais;
- f. Garantir, em conjunto com o **ISS, I.P.**, o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados pessoais, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD.

- g. Permitir que o **ISS, I.P.**, proceda a auditorias regulares, como forma de assegurar que a execução do objeto do contrato é efetuada de acordo com as instruções indicadas e as medidas de segurança e privacidade definidas por aquele;
- h. Assumir um compromisso de confidencialidade, quer com os trabalhadores que participem em operações de tratamento de dados pessoais, quer com colaboradores de entidades subcontratadas, desde que expressamente autorizadas pelo **ISS, I.P.**;
- i. Não copiar, reproduzir, difundir, transmitir ou divulgar por qualquer forma a informação a terceiros, os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo **ISS, I.P.**, ao abrigo do contrato;
- j. Não subcontratar quaisquer entidades para a prossecução de atividades das quais resultem tratamento de dados pessoais, salvo quando exista autorização prévia e por escrito do **ISS, I.P.**;
- k. Qualquer contratação ulterior, a ocorrer nos termos da alínea j), deve ser acompanhada do respetivo contrato ou acordo a celebrar com cocontratantes ulteriores, que preveja as obrigações sobre o tratamento de dados, condições de segurança e privacidade, em conformidade com o RGPD;
- l. Não transferir os dados pessoais para um país fora da União Europeia ou para uma organização internacional, salvo quando exista autorização prévia e por escrito do Responsável pelo tratamento;
- m. Manter informado o **ISS, I.P.**, em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- n. Ressarcir o **ISS, I.P.**, por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações/violação de dados ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

Cláusula 6.ª

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para garantia de cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, deverão ser adotados padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade.
2. No âmbito do presente acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, deverão ser adotadas as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou legal.

3. O previsto no número anterior deverá ser concretizado através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:2013, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.
4. Nos termos e para os efeitos do disposto na presente cláusula, o cocontratante compromete-se adotar as medidas de segurança compatíveis com a política de segurança e privacidade do **ISS I.P.**

Cláusula 7.ª

Sigilo e Confidencialidade

1. Para efeitos do presente acordo, as partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso no âmbito da execução do presente contrato, bem como a manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos.
2. O cocontratante guardará sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ou detida pelo **ISS, I.P.**, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato, nos termos legalmente previstos.
3. A informação e a documentação coberta pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o Segundo Contraente seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os deveres de sigilo e confidencialidade previstos na presente cláusula, vinculam as partes durante a vigência do contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
6. O cocontratante assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que o ISS, I.P. ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência do ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.
7. O cocontratante garante, que terceiros que envolva na execução dos serviços que respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 8.ª

Violação de dados pessoais

1. Em caso de violação de dados pessoais, o cocontratante notificará o responsável, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 24 horas após ter tido conhecimento da mesma, nos termos estabelecidos no artigo 33.º do RGPD.
2. A violação de dados pessoais referida no número anterior deverá conter a seguinte informação:

- a. Descrever a natureza da violação de segurança dos dados pessoais e o número aproximado de afetados;
- b. Incluir o nome e os dados de contacto do Encarregado de Proteção de Dados (se aplicável);
- c. Descrever as consequências da violação da segurança dos dados pessoais;
- d. Descrever as medidas adotadas para impedir a violação de segurança dos dados pessoais, incluindo as medidas de mitigação dos possíveis efeitos negativos.

Cláusula 9.ª

Suspensão e/ou resolução

1. A existência de fortes indícios de incumprimento do presente acordo, de qualquer natureza, e/ou de incumprimento dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a suspensão do contrato.
2. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do mesmo.
3. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores, tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente acordo.

Cláusula 10.ª

Produção de Efeitos

O presente acordo de tratamento de dados constitui o Anexo ao contrato de aquisição de serviços de Gestão da Operação do Centro de Contacto da Segurança Social, do mesmo fazendo parte integrante, e produz efeitos a partir da data da assinatura daquele.